

LIVROS DE OCORRÊNCIA: DA PRÁTICA DE *VIGIAR E PUNIR* AOS “RECURSOS PARA O BOM ADESTRAMENTO”

Anailton de Souza Gama¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise discursiva realizada nos *livros de ocorrência* de uma escola da rede pública estadual do município de Nova Andradina-MS. Com pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, objetivamos verificar a violência simbólica que ocorre na escola através da prática de registro de ocorrências, culminando com as reflexões de Michel Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*. Tendo em vista que a AD está vinculada às questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito e que essas se dão nas relações de poder que a linguagem exerce sobre as pessoas e que o “sujeito” é constituído na e pela a linguagem, enquanto contradição e desejo, e que a história é entendida como processo de produção de sentidos, enquanto a língua é um corpo espesso e denso transpassado de cortes, essas noções contribuem para a nossa pesquisa e para a compreensão da inter-relação entre os adolescentes-alunos e a escola, fazendo emergir temas transversais como a diversidade cultural, a ética e a cidadania.

Palavras-chave: livros de ocorrência; violência simbólica; sujeito; ideologia.

Introdução

O presente artigo propõe analisar o discurso contido nos livros de ocorrência, confrontando com as reflexões de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*. Tendo em vista a função dos livros de ocorrência, de registrar como forma de vigiar e, ao mesmo tempo, impor normas de comportamento, considera-se que o mesmo enquadra-se no gênero de discurso autoritário, utilizado pela instituição escolar e que perceber a ideologia presente em seu discurso é analisar as relações de poder e a manutenção do domínio, ou seja, o controle sobre os alunos, como forma de mudar, transformar a identidade do sujeito.

Optamos por efetuar recortes dentro de um universo maior que constitui o nosso material de pesquisa. Os registros foram recolhidos dos livros de ocorrência de uma escola pública estadual do município de Nova Andradina-MS no ano de 2008 e, por motivos éticos, são suprimidos o nome da escola, bem como de qualquer pessoa envolvida na pesquisa. Assim, adotamos como metodologia os recortes desses discursos que seguem numerados sequencialmente.

De posse desses recortes, aventamos algumas considerações confrontadas com a obra *Vigiar e Punir* e alguns conceitos básicos da Análise do Discurso com a intenção de perceber as ideologias que se fazem presentes no discurso contido nesse material.

Convém assinalar que esse artigo é parte de um projeto maior, projeto de pesquisa realizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Nova Andradina,

¹ Mestre em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos pela UFMS - Câmpus de Três Lagoas. Professor da UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Pesquisador.

intitulado *Violência na Escola* (da definição de violência à prática discursiva na escola) iniciado em 2008 e ainda em andamento, cujo objetivo é a construção de uma rede de pesquisa cujo eixo se funda na violência na escola, como reflexão crítica sobre a violência e seus espaços de atuação e circulação, preponderantemente, a violência *na escola*. Este lugar que, no imaginário popular ou no discurso do senso comum, supunha que estivesse imune aos “efeitos de sentido” da *violência* em geral ou de um certo tipo de *violência* específica, cuja inscrição se apresenta de forma mais incisiva, tanto no cotidiano escolar, quanto nas páginas de revistas, jornais e telejornais com certo destaque. Em tempo, destaca-se, também, a amplitude deste projeto de pesquisa, tendo em vista que o mesmo agrega em seu bojo diversas instituições de ensino superior do país, dentre elas: UNIVERSIDADE DE FRANCA- SP, UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, UERJ, UNICAMP e UEMS, da qual participamos como colaborador e pesquisador com o tema *Livros de Ocorrência: violência simbólica na escola*.

1. Pressupostos teóricos

Com o advento da globalização e do neoliberalismo, novos valores se intercalam, cruzam-se ou excluem-se, impondo novos discursos à sociedade. São esses discursos culturalmente formados para atender a valores pré-estabelecidos, mas nunca totalmente homogêneos. Dessa maneira, qualquer pesquisa que envolva identidade e discurso, articula-se a partir de um período determinado sócio-economicamente, politicamente e também culturalmente, tendo em vista os sujeitos nela envolvidos. Ao mesmo tempo, observa-se que, no mundo contemporâneo, a globalização, bem como o neoliberalismo, produz interdiscursos e discursos heterogêneos que caracterizam a identidade cultural que fazem voz aos acontecimentos, inevitavelmente julgando os fatos a partir das diferenças, portanto, nossa pesquisa baseia-se numa abordagem qualitativa, com o objetivo de refletir sobre o funcionamento do discurso e relações de poder nos *livros de ocorrência*, em determinadas condições históricas e sociais. Registra-se que os *livros de ocorrência* surgem no contexto educacional com a democratização do ensino, tendo em vista o grande contingente de alunos das diversas camadas sociais num mesmo espaço e a inserção de alunos das mais diversas circunvizinhanças para a zona urbana e, como forma de ‘controlar’ o comportamento dos alunos ditos ‘indisciplinados’ adota-se a forma de registro em questão no qual vão relatados os ‘desvios de condutas’ com o objetivo de ‘vigiar’ e ao mesmo tempo ‘punir’ os reincidentes, ou mesmo encaminhá-lo para instâncias superiores que lidam com os ditos ‘delinquentes’.

2. Sobre a Análise do Discurso

Almeida (1999, p. 22) postula que “além das influências culturais”, os adolescentes sofrem “grandes alterações” conforme os contextos sócio-econômicos em que estão expostos. O contexto de uma adolescência socialmente empobrecida contribui para um desenvolvimento precário da identidade.

As Condições de produção é um conceito em AD que visa abordar o discurso em seu processo de produção a fim de inseri-lo nas “instâncias enunciativas institucionais, marcadas por característica amplamente históricas” (POSSENTI, 2004, p. 369). Isso porque cada um “enuncia a partir de posições que são historicamente constituídas” (idem, p. 367), pois os sentidos advém das posições ideológicas que o enunciador assume ao produzir o seu enunciado. Com isso, a AD busca na história aquilo que é dito e aquilo que já foi dito a partir de uma determinada posição e põe em relação a fim de encontrar nesses discursos possíveis deslocamentos de sentidos. Este artigo situa-se na perspectiva da Análise do Discurso de linha Francesa, campo de estudo que surgiu com Michel Pêcheux (1969) e que possui como base teórica a relação entre linguagem e exterioridade no que concerne ao contexto ideológico, histórico e social, ou seja, às condições de produção do discurso, que são sempre representadas pelas formações imaginárias de interação entre o ouvinte e o falante. A Análise do discurso de linha francesa (AD) como é conhecida, é um campo teórico da Lingüística, transdisciplinar, que introduz reflexões sobre a linguagem a partir das Ciências Humanas, concebendo o “discurso” e sua materialidade como objeto de análise histórico-social. Esse campo teórico constituído pela tríade Lingüística (releitura de Saussure proposta por Pêcheux), Psicanálise (releitura de Freud feita por Lacan) e Marxismo (releitura que foge da vulgata marxista proposta por Althusser) surgiu com o objetivo de criar uma teoria crítica da “interpretação” que superasse a hermenêutica que desconsiderava o sujeito e a sua historicidade bem com as condições de enunciação. Embora a AD se constitua na relação desses três “campos do saber” (POSSENTI, 2005), ela não se submete a nenhum deles. De acordo com Orlandi (2001, p. 19):

- a) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da lingüística, ela reintroduziu a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);

b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);

c) o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Ao abordar a língua como processo ou como movimento, ou seja, como ato discursivo, a AD abriu a possibilidade de atuar no limite do social com o discursivo; nas palavras de Orlandi (2001, p. 15), a AD atua:

como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Segundo Orlandi (2001, p. 99), a negação da transparência de sujeito e de sentido é um princípio elementar na AD. Essa afirmação se apóia na articulação de três áreas do conhecimento já citadas anteriormente: Marxismo, Psicanálise e Linguística que, respectivamente, fundam seus pressupostos na opacidade existente na história, no sujeito e na língua. Tudo isso porque a re-configuração de indivíduo para sujeito se dá no discurso – materialização da ideologia responsável pela ilusão de evidência de sentido e de sujeito - da relação da língua com a história ocorrendo num deslocamento de sentidos. Assim, para a AD (idem, p. 99), o sujeito é descentrado pelo inconsciente e pela ideologia na sua relação com o simbólico, uma posição entre outras, projetada a partir do seu lugar no mundo para sua posição no discurso: “situação social (empírica)” transformada em “posição sujeito discursiva” (idem, p. 99). Porém, a condição de existência de sentido e de sujeito é a submissão deste à língua (idem, p. 100).

Assim, a AD, ao se constituir em um campo teórico, elabora um arcabouço instrumental-teórico que considera as condições históricas de enunciação, a historicidade dos “sujeitos” (PÊCHEUX, 1997, p. 149), destacando que “só há práticas através de e sob *uma* ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos”, e dos “discursos” (PÊCHEUX, 2002, p. 56) enquanto “índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações”.

Ao enunciar, o sujeito o faz a partir de uma conjuntura específica em que estão em jogo, não apenas o que discursa, mas as tensões sócio-históricas e ideológicas, pois o espaço da enunciação é fortemente marcado pelas tensões dos “aparelhos ideológicos do estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

Para Orlandi, (1999, p. 59-71), a memória é constituída por silêncios, silenciamentos, sentidos não ditos e silêncios a não dizer. Por seu caráter simbólico, o discurso age politicamente nos indivíduos, interferindo diretamente em suas crenças e práticas cotidianas. A irrupção de um novo acontecimento discursivo pode vir a desencadear, numa sociedade, novos modos de ser e agir. Porém, o sentido não é dado pelo sujeito de forma deliberada, pelo contrário, é delimitado e regido pelas instituições, conforme os interesses do momento.

Assim, as diferentes formas de poder agenciam as identidades e as controlam, instituindo os sentidos. Trata-se de um “processo histórico-político-silenciador” (idem, p. 62) que apaga as significações que já foram possíveis, de-significadas; como também interdita, censura (silencia), aquelas que não se fazem convenientes aos interesses dessas instituições num determinado contexto sócio-histórico.

A interdisciplinaridade e as relações entre identidade, história, formação discursiva e linguagem constituem a base para análise do discurso presentes nos *livros de ocorrência*, investigando aspectos relativos ao discurso dos ‘controladores institucionais’, tendo em vista que são eles que registram o que ali vai escrito, no que se refere à suposta construção ou reconstrução dessa “nova” identidade frente à sociedade; refletindo sobre o discurso da vigilância dos alunos ‘problemas’, suas identidades e representações imaginárias.

Partimos da perspectiva de que as constantes transformações políticas e dilemas cotidianos influenciam na construção das identidades dos adolescentes envolvidos nessas *ocorrências*. Entre os pesquisadores que se interessam pela questão da Identidade, recorreremos a Bauman (2005); segundo ele, a questão da identidade não pode mais ser tratada pelos instrumentos tradicionais de entendimento, fazendo-se necessário desenvolver uma reflexão mais adaptada à dinâmica do transitório, que se impõe sobre o perene. Vivemos uma realidade onde o global se insere de maneira mais intensa e os valores se tornam mais “líquidos” recolocando o problema da identidade em uma dimensão que exige a renovação dos parâmetros de entendimento até então utilizados.

Para Bauman, à medida que nos deparamos com as incertezas e as inseguranças da “modernidade líquida”, nossas identidades sociais, culturais, profissionais, religiosas e sexuais sofrem um processo de transformação contínua, que vai do perene ao transitório, com todas as

angústias para a psique que tal situação suscita. Bauman dá ênfase aos processos de privatização do espaço público, de criminalização global e, especialmente, de produção de ‘lixo humano’ – um novo grupo de “pessoas rejeitadas” – não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico”. Também, sobre as postulações em relação à identidade, optamos por Giddens (2002).

Para Giddens (2002, p. 9-20), em obra intitulada *Modernidade e Identidade*, é impossível dissociar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem levar em conta as conseqüências dramáticas que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto no indivíduo quanto à coletividade, contribuindo de forma decisiva para afetar os aspectos mais pessoais da existência humana. Os indivíduos contribuem para as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações, tendo em vista que sua constituição não está centrada no “eu”, mas na importância do entendimento dos mecanismos de auto-identidade que são constituídos pelas instituições da modernidade. As tensões sofridas pelo “eu” e sua busca por novas identidades na alta modernidade encontram espaço e referência no surgimento do que o autor chama de “política-vida” (p. 198), entendida como uma política “das decisões de vida” (idem), encontrando aí a afirmação de que o “pessoal é político” e que “as questões da política-vida [...] clamam por uma remodelização da vida social e demandam uma sensibilidade renovada para as questões que as instituições da modernidade sistematicamente dissolvem” (p. 199). Para Giddens, a sociedade contemporânea abre espaço para considerar o “eu” e a busca de “novas identidades” como pontos fundamentais.

Outros teóricos, como Hall (2005) defende que as identidades não se apresentam como “prontas e acabadas”, por estarem, constantemente, sendo “re-construídas”, ocasionando a “descentralização do sujeito”. Para Coracini (2003), identidade é um produto de interesse de época. De acordo com Woodward (2000, p. 09-10), a identidade é marcada pela “diferença”, sendo essa diferença sustentada pela “exclusão”, a negação final de tudo que se opõe ao que já está concebido como verdade “pronta e acabada”.

Com o advento da globalização, novos valores se intercalam, cruzam-se ou se excluem, impondo novos discursos à sociedade pós-moderna. São esses discursos culturalmente formados para atender a valores pré-estabelecidos, mas nunca totalmente homogêneos. Portanto qualquer pesquisa que envolva identidade e discurso articula-se a partir de um período e lugar determinado sócio-economicamente, politicamente e também, culturalmente.

Nosso arcabouço teórico envolveu a Análise do Discurso, disciplina que surgiu na

França em fins dos anos 60, tendo Michel Pêcheux como seu principal articulador, tendo como princípio desvendar os fios em que se encontram os nós que amarram as redes discursivas nesses *livros de ocorrência*, por meio da história, sujeito e língua.

3. Dos discursos dos *livros de ocorrência*

Compreendendo o *livro de ocorrências* como um documento, no qual a escola registra os atos indisciplinados cometidos pelos alunos e entendendo que o mesmo funciona como um procedimento de punição para os mesmos que não respeitam as normas impostas pela escola, o *livro de ocorrências* desempenha um papel fundamental no que diz respeito à tentativa de a escola fazer com que os alunos sejam disciplinados. Em outras palavras, ele é tido como uma espécie de exame que visa avaliar e classificar o aluno em relação ao seu comportamento indisciplinado.

No horizonte dos saberes lingüísticos contemporâneos, a associação entre identidade, discurso, história, instituições e práticas faz-se presente, transcendendo o campo dos vários enfoques teóricos que lhe dão sustentação para se inserir no debate político-cultural sobre a (pós)modernidade e seus processos constitutivos. Numa perspectiva foucaultiana, os *livros de ocorrências* podem ser considerados como uma espécie de exame, no qual os *procedimentos são acompanhados por um sistema que visa registrar*, isto é, documentar tudo intensamente, ou seja, o uso do “poder da escrita” no funcionamento da disciplina.

No *livro de ocorrência* em questão, analisamos alguns recortes abaixo:

R1²: “[...] a inspetora de alunos trouxe o aluno à coordenação por estar matando aula [...]”

Analisando o recorte acima, temos um poder instituído em que “inspetora de alunos” pressupõe, no universo escolar, uma autoridade, cuja função é ‘inspecionar’ os alunos, *vigiar* suas condutas a fim de que os mesmos não oscilem para a indisciplina. Essa relação inspetora *versus* alunos já pressupõe uma relação de poder marcada, tendo em vista que ela é institucionalizada.

Para Foucault (2004, p. 236) “o discurso não é a vida”, seu tempo não é o nosso, nunca viveremos mais que um discurso. Segundo Foucault (1986), o corpo deixa de ser chagado para prostrar-se no “cativeiro”, marcando o início da privação da liberdade e do

² Utilizaremos, para fins de análise, as marca R1, R2 e assim sucessivamente, para assinalar os recortes utilizados. Os recortes foram transcritos respeitando a grafia original do documento. Os grifos são nossos.

encarceramento da alma, mais vantajoso e econômico, porque reunidos os delinquentes, num lugar institucionalizado, agentes atuam na administração do ego desses indivíduos, para impor-lhes a recuperação que a sociedade tanto almeja fazendo “funcionar a idéia do crime como um sinal de punição” (p. 106) e pagando “com essa moeda [...] a sua dívida à sociedade” (idem). O corpo sob vigilância deixa de ocupar-se com inutilidades e coloca-se à disposição de uma disciplina de exercícios regulares a fim de se mostrar possuidor de uma conduta melhorada, passando a ser domesticado e modelado, sendo assim, administrado por entidades de poderio que lhe garantem a formação e a transformação. O indivíduo, em qualquer instituição, passa a ser classificado e ter a individualidade partilhada por esses instrumentos de poder tendo em vista que essas instituições “ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (p. 25). A relação entre o corpo e a disciplina é necessária para a ordem e o adestramento social, este último entendido como a arte de disciplinar, exercer poder sobre indivíduos, segundo Foucault (idem, p. 143) “a disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Para Foucault “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, enfim, a finalidade dessas instituições (*livros de ocorrência*) é a de promover sobre o sujeito (aluno) a transformação de seu comportamento, para um retorno útil e dócil à sociedade, porém, para Foucault, em *Microfísica do Poder* (1988, p. 134) ali “[...] não se procurava reeducar os delinquentes, torná-los virtuosos, mas sim agrupá-los num meio bem definido, rotulado, que pudesse ser uma arma com fins econômicos e políticos”, assim é necessário “não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão” (idem). Daí o caráter de organismo econômico e político dessas instituições que, segundo Foucault (1988, p. 135) “está [...] ligado a um projeto preciso, serve agora a uma outra estratégia”. Foucault (1986), afirma que o sistema prisional é reprodutor de ilegalidades e criminalidades, uma vez que não são oferecidas condições necessárias para a readaptação do indivíduo na sociedade, produzindo o “corpo liberado”, isto é, que retorna à prática criminal.

Em Foucault (1987, p. 117-137), sua atenção se volta para as práticas do poder, para as relações que se estabelecem entre o saber e o poder. Foucault analisa, então, os dispositivos do poder nas “sociedades disciplinares”, as instituições desenvolvidas para controlar os corpos nas prisões, nas fábricas, nas escolas, etc. Foucault aborda, também, as “técnicas de

si”, a “governamentabilidade”, ou seja, os procedimentos de subjetivação que constituem, para os sujeitos, a idéia de identidade. O sujeito, é, portanto, o lugar para onde Foucault olhará na construção de sua obra. Ele é o seu objeto, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária. Pensando o “sujeito” como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes. O sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente (ser-saber, ser-poder, ser-si).

Ainda no recorte em questão, em “matando aula”, o ato de matar aula é considerado um ato indisciplinar cometido pelo sujeito (aluno), assim, há um descumprimento nas regras estabelecidas pela instituição, pois a mesma estabelece o que pode e o que não se pode fazer, o que deve e o que não se deve fazer dentro do âmbito escolar.

R2: “[...] o aluno estava tentando matar a quinta aula e a professora trouxe-o a coordenação que o advertiu [...]”

R3: “[...] o aluno chegou atrasado na aula, atrapalhando não cumpre com os deveres[...] e o advertiu [...]”

Em R2, o aluno é chamado a atenção por estar “tentando matar a quinta aula” e, por estar tentando, recebe uma punição, sendo advertido. Já em R3 “chegou atrasado” “atrapalhando não cumpre com os deveres” e “e o advertiu”, percebemos que os discursos nos remete a idéia de que o sujeito deve sempre aceitar as regras estabelecidas, sendo sempre conivente com tudo o que lhe é imposto. No conceito escolar, o sujeito que não cumpre com os deveres e as normas impostas, é visto como indisciplinado, por isso é digno de punição. Sendo assim, a escola procura observar esses comportamentos tidos como anormais, através de uma “inspeção” constante que visa qualificar, classificar e punir. Desta maneira, a escola faz uso do *livro de ocorrências* como forma de *vigiar e punir*, todo sujeito que não se encaixe nas normas estabelecidas pela mesma.

Ao enunciar, o sujeito o faz a partir de uma conjuntura específica em que estão em jogo, não apenas o que discursa, mas as tensões sócio-históricas e ideológicas, pois o espaço da enunciação é fortemente marcado pelas tensões dos “aparelhos ideológicos do estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

Tendo como base os pressupostos teóricos da AD e os objetivos deste estudo, pretende-se apresentar ideologias materializadas em discursos produzidos oficialmente no

documento oficial (*livro de ocorrência*), numa tentativa de resgatar e dar visibilidade a alguns sentidos presentes nesse instrumento legal. Parte-se do pressuposto de que todo discurso tem uma história, uma memória e que sua problematização implica investigar os processos de origem, construção e funcionamento. A proposta é abordar de forma rápida o desenvolvimento legal sobre o instrumento legal, seus sentidos e funções, tendo em vista que “o sujeito se constitui pela linguagem” (CARDOSO, 1999, p. 49).

Para Pêcheux (2006, p. 160), o discurso “é sempre pronunciado a partir das condições de produção dadas”, ele “pode ser um ato político” que se “conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui um papel de matéria-prima”. Assim, os discursos concebidos nesse instrumento legal são práticas discursivas que correspondem a certos “efeitos de sentido” (idem, p. 164) das “condições ideológicas de reprodução\transformação das relações de produção” (idem, p. 180).

Essa posição-sujeito é condição necessária que permite ao sujeito enunciar nos espaços das relações sociais, marcados pelas disputas históricas. A posição-sujeito “determina o que pode e deve ser dito” (PECHEUX, 2006, p. 190), o que constitui um intrincado jogo de estratégias, dentre as quais, as estratégias que o sujeito pode e deve constituir no embate social.

Analisemos os recortes abaixo selecionados:

R3: “[...] o referido aluno estava indisciplinado na aula... mandou o aluno se retirar da sala e o mesmo assina [...]”

R4: “[...] o aluno discutiu com a aluna... na aula de história o aluno fica advertido e assina [...]”

R5: “[...] o referido aluno após o recreio na 4ª aula, chegou atrasado e a profª... pediu para registrar. O mesmo fica ciente e não fará mais e assina [...]”

Nos recortes acima efetuados, o que se percebe em destaque é o ato de assinar: esse ato de assinar é uma forma de legitimar o que foi escrito, de fazer com que o sujeito assuma a sua responsabilidade diante do ato cometido. Nas sociedades atuais, o ato de assinar vale como assumir-se como responsável. Ao mesmo tempo, o efeito de sentido que se adquire aqui é o da intimidação; notamos que a escola procura intimidar o aluno através dessa rede de anotações escritas, procurando comprometer esse aluno numa quantidade de documentação que tem por objetivo captar e fixar, fazendo com que o sujeito responda por seus atos. Esse efeito de sentido culmina com o “sujeito” constituído pela linguagem, enquanto contradição e

desejo, a história como processo de produção de sentidos e a língua como um corpo espesso e denso transpassado de cortes; noções que contribuem para a evolução do desenvolvimento da inter-relação entre as crianças e os adolescentes das escolas com a educação, a diversidade cultural, a ética e a cidadania.

Dessa forma, observamos que a escola procura exercer sobre os alunos uma autoridade e, desta maneira, formar sujeitos obedientes às regras e ordens impostas e, que as mesmas devem ser deixadas funcionar automaticamente nele, tornando-o dessa maneira “corpos] dóceis”, como afirma Foucault (1987, p. 118): “é dócil um corpo que pode ser submetido [...]” aos padrões impostos, que não foge às regras estabelecidas, “que pode ser utilizado” pelo sistema que prefere sujeitos coniventes com tudo que lhes é estabelecido, “que pode ser transformado” pela escola que exerce o papel de disciplinar, de tentar mudar a identidade do aluno, “e aperfeiçoado” para a sociedade que visa ter um sujeito manipulável que não conteste suas regras e normas. Conforme o princípio da especificidade “...o discurso não pode ser tomado como um jogo de significações prévias; ao contrário, ele deve ser concebido como uma violência que fazemos às coisas... (GREGOLIN, 2004, p. 106).

Segundo Foucault “(2005) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder pelo qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, idem, p.19). O discurso apoiado sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos sempre uma vontade de verdade. Seja “dominantes” ou “dominados”, o discurso operará sempre para apoderar-se do “poder-saber” para a legitimidade de uma verdade discursiva.

É a legitimidade constituída do “poder-saber”, tido como verdadeiro nos discursos, tantos os institucionais, quanto os não formais. No acúmulo e na luta do território discursivo o “poder-saber” e a “verdade” se tornam relacional. Foucault (2005, p. 36) cita o exemplo da disciplina, posta por ele como “um princípio de controle da produção do discurso”. Contudo, uma disciplina não pode ser concebida como a soma de todas as verdades que a concerne.

Cada vez mais, a educação contemporânea e as profissões e ocupações humanas se abrem para as capacidades inatas de cada ser humano, representando a escola neste contexto um instrumento de acesso ao mundo para além da família. As escolas em geral, passaram a representar, ideologicamente, o exercício de justiça e igualdade humanas, na medida em que oferecem a todas as crianças o reconhecimento, independentemente de sua condição social.

Atualmente as escolas representam o principal instrumento de socialização e integração, um mundo de possibilidades, de auto-realização. Portanto, negar no contexto da

civilização contemporânea o acesso à escola, significa negar um serviço público, restringindo o acesso à cidadania.

A escola pública, apesar das deficiências, representa a salvação para milhões de crianças, que não sendo assim, estariam condenadas a ignorância e conseqüentemente a marginalidade. A escola é o caminho para o reconhecimento da sociedade do adolescente enquanto cidadão, mas somente por meio de um ensino de qualidade construirá a criança e o adolescente uma compreensão global da sociedade da qual faz parte.

As crianças e adolescentes buscam refugio na marginalidade, e como resposta à irresponsável sociedade que tem seus interesses voltados para o desenvolvimento, oferece o descaso, transformando-as em “lixo humano”. Em meio ao descaso e a inoperância, cresce o celeiro que armazena o número crescente de brasileiros miseráveis. Ao permanecerem as crianças excluídas das escolas, proibidas aos direitos que lhe são constitucionalmente consagrados, configura uma violência social passiva e que pouco é questionada.

Ao tentarmos apontar um culpado pela presença em nossas escolas do aluno indisciplinado, enfatizamos a violência da desigualdade social, mas não se exige providências efetivas da Escola para com o descaso e a inoperância; não há um questionamento sobre violência institucional.

A relação entre aluno indisciplinado e direção da escola permeia o processo pedagógico do qual os diretores possuem uma posição de liderança, ambos têm como objetivo educar o adolescente para sua possível integração a sociedade. Conforme Foucault “... a pedagogia se formou a partir das próprias adaptações das crianças às tarefas escolares, adaptações observadas e extraídas do seu comportamento para tornarem-se em seguida leis de funcionamento das instituições...” (FOUCAULT, 1996, p. 122).

De acordo com Foucault (1996), por meio do acúmulo “saber-experiencia”, os sujeitos buscam a hegemonia do poder, ou seja, constroem modelos que devem ser seguidos, porém algumas vezes não são. Em defesa desses modelos e a favor do poder, articulam-se os discursos para a produção de “regimes de verdades”; assim devemos reconhecer “o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (FOUCAULT, 2005, p.52)

Segundo Foucault (2005) os discursos são materializados por visões de verdade, um produto histórico-social, um elemento de poder que opera no controle, seleção, organização e redistribuição de regimes específicos das sociedades. Foucault enfatiza que esses discursos objetivam controlar as práticas dos sujeitos, constitutivas do discurso. Conseqüentemente, configura-se o discurso, o território de luta da imposição dos sentidos no “desejo” de “poder”.

A (pós)modernidade nasce da preocupação com a identidade e com ela se desenvolve. Tanto assim é que seu paradigma emerge da conceptualização do indivíduo como centro de uma reinterpretação fundadora da autoria de si e do mundo. Desse prisma, o entrecruzamento de discurso e identidade constitui-se, hoje, em um topos de importância indiscutível para o debate relacionado às múltiplas questões que envolvem a linguagem, pois instiga uma série de reflexões sobre a formação e determinação histórica dos sujeitos e suas representações lingüísticas. E essas representações, acionadas pela memória, tornam consciente o que o esquecimento, na sua capacidade de impor um limite negativo ao conhecimento, suprimiu da lembrança e relegou ao silêncio.

É pelo e no discurso, como instância de articulação entre o nível lingüístico e sua exterioridade, que se opera a construção\des-construção de identidades que se constituem nos textos, na história, nas instituições. Identidades são concebidas aqui como movimentos contínuos\descontínuos das relações que sujeitos, comunidades, nações e instituições estabelecem imaginariamente com o real, produzindo uma interface que vem garantir sua circulação e inserção dentro de certas condições sócio-históricas e discursivas que são, elas próprias, constitutivas daquelas relações.

Apesar da escola acreditar que o *livro de ocorrências* possa contribuir para manter sob controle a indisciplina dos alunos, podemos verificar vários casos de reincidência, ou seja, nem sempre a punição garante fazer com que o aluno mude o seu comportamento, seus conceitos, sua identidade; sendo assim, a escola estabelece uma luta identitária com o aluno, para que o mesmo mude o seu jeito de ser, para que ele volte a se enquadrar nos padrões de comportamentos estabelecidos, ditos “normais”. É o que se pode verificar nos recortes abaixo efetuados:

R4: “[...] o aluno estava dando soco no colega... sempre indisciplinado não corresponde com as expectativas da sala de aula e nem dos professores, novamente fica o mesmo advertido [...]”

R5: “[...] o aluno saiu da sala sem pedir licença, veio beber água e depois foi à porta da sala do 8º ano. O aluno + uma vez fica advertido [...]”

R6: “[...] o aluno na aula de geografia...foi indisciplinado, assoviando e rindo, atrapalhando o desenvolvimento do trabalho... fica o mesmo novamente advertido e assina [...]”

Esse discurso “sempre indisciplinado” mostra o poder institucionalizado da escola, que pode fazer uso desse discurso autoritário, que tem o poder de caracterizar esse sujeito

“não corresponde as expectativas” da escola, da sociedade capitalista, que necessita ter sujeitos manipuláveis em seu domínio e, por isso, “novamente fica o mesmo advertido”. Ao fazer uso dos advérbios “novamente” e “+ uma vez” repetidamente, a escola procura dar uma maior intensidade, frisando o ato desse aluno, produzindo uma carga semântica negativa no discurso, caracterizando esse aluno como um problema para a sociedade.

Podemos verificar que o *livro de ocorrências* é o meio que a escola utiliza para registrar todas as informações em relação aos comportamentos ditos ‘indisciplinados’ dos alunos, sendo ele a forma de punição para aqueles que não estão dentro das normas. Pois tudo que é inadequado e se afasta das normas estabelecidas, pode ser considerado “anormal”; dessa maneira, a sanção normalizadora visa fazer com que esses indivíduos voltem a ser considerados “normais”. Conforme afirma Foucault (1987, p. 149):

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizado a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações.

Portanto, a instituição escolar pode ser considerada uma espécie de aparelho de exame constante que acompanha todo o processo de ensino, levando a individualidade do aluno a um campo documentário. Como afirma Foucault (1987, p. 147): “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica no poder disciplinar”.

Enfim, o exame é considerado o centro dos processos que formam o sujeito, como efeito e objeto de poder e é, através dele, que a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora realizam as grandes funções disciplinares de divisão e classificação.

Considerações finais

Através das análises dos discursos registrados no *livro de ocorrências* verificamos como os mesmos desempenham um papel importante para que as regras e ordens instituídas pela escola sejam cumpridas, sendo assim um ato de legitimar com o “poder da escrita” as atitudes indisciplinadas dos alunos.

A escola pode ser considerada o lugar do saber, do conhecimento e do poder; ela pode influenciar na identidade do sujeito favorecendo, desta forma, a sociedade capitalista que visa obter sujeitos manipuláveis em seu domínio, por isso há toda uma prática disciplinadora nas escolas, na qual os sujeitos são submetidos às regras e normas impostas, sendo o *livro de ocorrências* envolvido em um sistema que procura monitorar toda a formação do sujeito, tentando transformar o seu jeito de ser, enfim, moldar sua identidade de acordo com os parâmetros da sociedade.

Através desta prática autoritária, a escola acaba praticando uma *violência simbólica* contra o aluno, pois o mesmo é pressionado a aceitar as normas que lhe são estabelecidas, através de uma vigilância constante que observa suas atitudes e reações. Com isso, a escola faz uma divisão, uma classificação, caracterizando os alunos ‘indisciplinados’ como um problema que deve ser resolvido, mesmo que de uma forma que afeta a moral e identidade desse sujeito que se encontra em formação. Portanto, ao pesquisar sobre a *violência simbólica na escola* através dos análise discursiva do *livro de ocorrências*, podemos refletir sobre o ambiente escolar e perceber que o mesmo é controlado por uma sociedade que prega a liberdade, mas que não abre mão de ter sujeitos de fácil domínio sobre seu controle.

Referências Referências

ALMEIDA, Anecy de Fátima Faustino. *De menina a mãe adolescente: uma construção da vulnerabilidade de gênero*. Campo Grande: UFMS, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 7 ed. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte. Autêntica. 1999.

CORACINI, M. J. (org.) *Identidade & discurso: (des) construindo subjetividades*. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. L.M.P. Vassallo, Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. S.T. Muchail, São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. R. Machado, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A verdade das formas jurídicas*. Trad. R.C.M. Mahado e E.J. Morais, Rio de Janeiro: Nau, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. da Silva; Guacira L. Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

ORLANDI, E, P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PECHÊUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de E.P. Orlandi et all. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi, ed.? Campinas: Pontes, 2002.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. De Bethânia S. Mariani et al. 3 ed. In: GADE & HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 2006

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*; In: SILVA, Tomaz T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.